



ESPAÇO, ONGs LGBT E CIDADANIA NO SUL DO BRASIL

- MÁRCIO JOSÉ ORNAT¹
- JOSELI MARIA SILVA²
- ALIDES BAPTISTA CHIMIN JUNIOR³

Resumo: Problematizamos a relação entre espaço e cidadania, segundo a ação de Ongs LGBT do Sul do Brasil. Nosso material empírico refere-se ao resultado da realização de dez entrevistas semi-estruturadas com Ongs que tem seus trabalhos voltados a construção de uma cidadania LGBT brasileira, para grupos que como problematizado por Butler (2008), vivem posições invisíveis e inabitáveis da vida social. O que as respostas de campo evidenciam diz respeito ao fato de que estas ações orientam-se à uma multiplicidade coexistente de escalas espaciais de atuação, tanto na relação com os grupos sociais, quanto na sua relação com o Estado. Assim, a cidadania na prática real pode ir para além do que é estabelecido pelo Estado enquanto direito social, civil e político, fazendo com que corpos abjetos tornem-se sujeitos.

Palavras-Chave: Espaço; Organizações Não Governamentais LGBT; Cidadania.

Considerações Iniciais _____

Esta discussão problematiza a relação entre espaço e cidadania, segundo a ação de Ongs LGBT do Sul do Brasil. Nossa fonte de reflexão refere-se aos

resultados da realização de dez entrevistas⁴ semi-estruturadas com dez Ongs LGBT⁵⁻⁶ que possuem práticas cotidianas que envolvem ações guiadas pela construção de uma cidadania LGBT.

As Ongs surgem no Brasil, segundo Ferrari (2004), entre o final da década de 1970 e o começo da década de 1980, com ações orientadas pela defesa da visibilidade, produção de novos conhecimentos e pela luta de direitos civis e cidadania plena. O contexto espaçotemporal propício a este nascimento de reivindicações se relacionava ao fim da ditadura militar e ao início de uma abertura política que potencializava o sonhar com uma maior democracia, igualdade e justiça social para grupos que, como tratado por Butler (2003), não correspondiam com a linearidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.

Em se tratando da cidadania, como afirmado por Dickinson (et al. 2008), ela tem sido reimaginada e praticada segundo diferentes configurações, ampliando-se a compreensão do que é entendido enquanto direito civil, direito político e direito social. Estas mudanças são o resultado da complexidade das definições dos direitos sociais, obrigações e exigências do que pode ser imaginando enquanto cidadania, mas também da prática discursiva e concreta do que é a cidadania.

Esta configuração responde a múltiplas situações de exclusão, que derivam do cruzamento de práticas estatais e condições sócio-culturais. Portanto, a cidadania pode ser conceituada

também como um processo contínuo de contestação. Para Dickinson (et al. 2008), vários geógrafos têm problematizado o local como um registro contínuo de processos sociais que são o resultado do entrecruzamento de escalas. Se existe uma contestação na demanda do direito das diferenças, estas diferenças constituem as esferas da vida pessoal, política e cultural.

Para o desenvolvimento destas reflexões, em um primeiro momento dissertamos sobre aquilo que é denominado por vários autores e autoras enquanto 'cidadania sexual', para em um segundo momento problematizar a relação entre espaço e cidadania, a partir de práticas cotidianas de Ongs LGBT no Sul do Brasil.

Geografia, Prática Política e Cidadania Sexual _____

Segundo Gordon e Stack (2007), podemos considerar a cidadania enquanto constituída por um conjunto aberto de elementos, que podem ser encontrados segundo uma variedade de alterações e combinações através de espaço e tempo. Segundo os autores, podem ser vistos como elementos as noções de igualdade, de individualidade, de autonomia, de liberdade, de direitos e deveres, de pertença, de bem público ou comum, a

participação no debate público, o processo de representação, a inclusão e a exclusão, a soberania popular, algum tipo de compromisso comunitário / político, ou as várias noções de governo. Uma das noções de governo se refere àquilo que é denominado pelos autores enquanto Estado. Segundo eles, os Estados são governos que se apropriam do entendimento da cidadania, controlando-a, desempenhando um papel sobre ela.

No que se refere a concepção de Estado, este fora amplamente debatido ao longo da história. Bobbio (2000) problematiza quatro intelectuais que contribuíram com estas discussões. Thomas Hobbes, em seu livro 'Leviatã', pensa o Estado em uma perspectiva racional de vida humana que garante a ordem social para além dos conflitos (Estado Absolutista). Nesta concepção, o Estado representa a ordem de interesses em comum da sociedade. John Locke, um idealizador liberalista, escreve no livro 'Dois tratados sobre o Governo' que todos são iguais na sociedade, desde que os interesses particulares não prejudiquem o coletivo. O autor posiciona o Estado enquanto um juiz que protege a sociedade de uma possível degradação da sua essência natural e racional. Para Locke o Estado é um permanente gestor de conflitos insolúveis. Jean-Jacques

Rousseau em sua obra 'Do Conflito Social' compreende que o indivíduo abre mão de suas vontades naturais em favor do coletivo, que vem a representar o Estado. Nesta ótica, os indivíduos abrem mão de suas vontades naturais para adquirir liberdade civil e moral, promovida pela institucionalização do Estado, tornando-o, segundo o autor, mais livre do que sua condição anterior. Immanuel Kant em sua obra 'Fundamentação da metafísica dos costumes' atrela a planificação moral como elemento central na configuração do Estado. Assim, a moral é instituída por instrumentos judiciais idealizados para transformar a essência natural do ser humano em um humano social.

Carnoy (1990) coloca que Marx rompe com esta linha de Hobbes, Locke, Rousseau e Kant. Marx correlaciona a estruturação do Estado enquanto uma entidade que permeia as lutas de classe, não estando nem a interesse unicamente da classe dominante nem da classe dominada. Também, é fundamental destacar em Marx a perspectiva do Estado enquanto um mecanismo de mudança. Para Hoefle (1998) o marxismo clássico compreende a configuração do Estado em uma mudança evolutiva linear, partindo de um comunismo primitivo, passando para o feudalismo, capitalismo e por fim, para o socialismo. Gramsci (2000), partido do

viés marxista, compreende o Estado enquanto uma entidade concorrida e conquistada pela elite utilizando como meio o consentimento. O interessante da teoria gramsciana é que este não compreende a existência de uma ruptura entre sociedade civil e a estrutura do Estado. Em uma linha aproximada, Przeworsky (1995) ao analisar a relação entre o governo e o povo, afirma que não existe uma neutralidade e nem uma ruptura entre o Estado e os diferentes grupos da sociedade.

Evidenciamos que a concepção de Governo e Estado são muito próximas. Compreendendo o governo enquanto forma de gestão (e possível planejamento) do Estado. Salientamos, conforme Castro (2011) que a configuração institucional de um Estado é gerenciada por atores sociais que sistematizam seus interesses em uma agenda política que visa se converter em leis, decretos, etc. As ações podem ser compreendidas em uma esfera política estatal, conforme defendido pela autora, que abarca concepções de gestão do território, eleições, etc. Mas, também, não podemos deixar de lado a concepção de política atrelada às relações cotidianas. A política relacionada à convivência cotidiana pode ser impactante à política institucionalizada. Apesar desta separação,

compreendemos que ambas são extremos de um mesmo *continuum*.

Estas podem ser compreendidas também como duas escalas distintas, sendo a primeira a escala de Estado, ministrada por políticas públicas oriundas de agentes. No segundo caso, temos as relações políticas cotidianas, engendradas na relação entre os diferentes grupos sociais. O que limita a concepção de Política e Estado dos autores citados acima é a excessiva secção da "realidade" observada nas estruturas de luta de classe. Compreendemos que o acesso dos atores sociais aos mecanismos do Estado se fazem para além das lutas de classe, nascidas também da legitimidade do discurso dos grupos de interesse, podendo estes ser discursos sindicalistas, liberais, feministas, etc, como também orientados pela busca de cidadania à grupos LGBT.

Para Gordon e Stack (2007), a cidadania moderna proporciona às pessoas um conjunto de maneiras em que estas podem tomar novamente para si o estabelecimento da cidadania, ao mesmo tempo em que deixem um local nestas discussões para o Estado. Estas afirmações correspondem a estrutura de construção tanto do Programa 'Brasil Sem Homofobia' (BRASIL, 2004) quanto do 'Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT'

(BRASIL, 2009), a partir do fato dos dois documentos serem o resultado de discussões ocorridas entre Estado, entidades nacionais (como exemplo a ABGLT⁷ e a ANTRA⁸), e entidades estaduais. Portanto, a cidadania na prática real pode ir para além do que é estabelecido exclusivamente pelo Estado enquanto direito social, civil e político. Hutta (2010) aponta que no caso brasileiro, existe uma mudança na forma como a luta política LGBT fora articulada após 1980. Segundo o autor, enquanto que durante a primeira onda - entre 1970 e 1980 - do Movimento LGBT brasileiro, a principal prática era a da denúncia da violência vivenciada pela população LGBT, a partir dos anos 1980 a militância busca uma articulação cada vez maior com os governos, objetivando a construção de alianças, e participando da elaboração de políticas concretas, como visto nos dois exemplos acima dados.

Como em relação ao estabelecimento deste tipo de agenda relacionada a cidadania LGBT brasileira, a partir da imaginação propiciada pelas afirmações de Gordon e Stack (2007), argumentamos que estes dois programas acima citados se referem a um projeto de projeção de grupos LGBT na vida pública, literalmente reconhecendo seu 'lugar' dentro da sociedade brasileira. Como

tratado pelos autores, o *slogan* Nação *Queer* – fora dos armários, para as ruas – diz respeito a uma ampliação de visibilidade destes grupos. Ou seja, não se refere a restrita solicitação de direitos, que em consequência são reconhecidos pelo Estado. Relacionam-se ao que pode ser denominado enquanto uma promulgação da cidadania LGBT.

Como tratado pelos autores, a afirmativa de Marshall (1950) aponta para o fato de que o que era chamado de direitos sociais, civis e políticos esteve integrado a vida urbana das cidades medievais e modernas, entre os séculos XVIII e XIX. Para o século XX vê-se o surgimento do papel central do Estado na cidadania, passando este a administrá-la. Como afirmado por Dickinson (et al, 2008), destaca-se o trabalho de T. H. Marshall, denominado 'Citizenship and Social Class' (1950). Sua proposta relaciona-se ao progresso da universalização dos direitos civis, isto é, o direito à proteção judicial, os direitos políticos, relacionado ao direito de voto e acesso às instituições políticas, e os direitos sociais, referente aos direitos que são fornecidos pelo Estado relacionados ao padrão básico para a sobrevivência, todos estes declarados na escala do Estado-Nação. De forma distinta, evidencia-se a construção de outras formas de cidadania, em finais do

século XX, em se tratando de cidadania LGBT. Em vez de pensarmos a cidadania enquanto um conjunto de reivindicações orientadas ao Estado, ela pode ser concebida, como afirmado por Gordon e Stack (2007) enquanto liberdade, no sentido de margem de manobra.

Em se tratando das discussões geográficas, vários trabalhos têm apontado sobre o papel do espaço na constituição da cidadania sexual. Como analisado por Binnie e Valentine (1999), a Geografia tem demonstrado uma preocupação em problematizar a relação entre o Estado e as sexualidades, na medida em que ambos são simultaneamente constituídos, a partir de uma variedade de escalas espaciais.

As reflexões de Bell e Binnie (2000) exploram, a partir da reemergência das discussões sobre cidadania no Reino Unido e nos EUA durante a década de 1980, alguns aspectos do que veio a ser denominado enquanto cidadania sexual, centrando esforços, no que são denominados pelos autores, enquanto elementos particulares da cidadania sexual. A proposta dos autores relaciona-se a uma compreensão da sexualidade segundo as lentes da cidadania. Também tendo preocupação no tocante a cidadania sexual, Valentine (2002) trata do que é denominado por ela enquanto paisagens

reguladoras, que possuem variação entre Estados-Nação. A partir deste fio condutor, problematiza as questões políticas orientadas a gays e lésbicas, e a relação entre homofobia e discriminação anti-gay / anti-lésbica, a partir de configurações escalares locais e globais.

Outros caminhos de discussão podem ser vistos nas proposições de Bell e Binnie (2004). Os autores destacam o papel de novas ordens urbanas em espaços sexualizados das cidades, a partir da relação entre cidades globais e a denominada cidadania sexual. Também problematizando o urbano, Hernández (2010) trata das demandas por espaço público por pessoas com práticas sexuais dissidentes, colocando-se esta ação enquanto uma prática de questionamento da heterossexualidade compulsória, e evidenciando a relação entre espaço e cidadania sexual.

Este mesmo direito ao espaço é tratado por Zebracki (2013; 2014). Se no primeiro artigo o autor constrói uma argumentação sobre a necessidade da cidadania sexual ir para além do Estado-Nação, afirmando que independente da preferência sexual, todos os seres humanos desejam e merecem ter o direito ao espaço, no segundo texto o foco de discussão refere-se as ações dramáticas realizadas pela Federação Russa, contra os

direitos de cidadania de grupos LGBT. Como afirmado pelo autor, embora a Federação Russa tivesse descriminalizado a homossexualidade no ano de 1993, a Duma Federal⁹ passou a proibir, a partir de junho de 2013, qualquer tipo de propaganda, em qualquer meio de comunicação, de relações sexuais 'não tradicionais'. Além desta proibição, qualquer cidadão russo, ou visitante, que divulgue uma orientação sexual 'atípica', pode ser preso sem julgamento por duas semanas, além da obrigação de pagamento de multa.

Se devemos pensar que a cidadania se coloca atualmente como um conjunto de direitos que é regulado pelo Estado, podemos afirmar, em se tratando de Brasil, que mesmo que a homofobia sempre tenha existido neste país, foi segundo a ditadura militar que esta forma de preconceito se consagrou enquanto política de Estado¹⁰, gestando aquilo que pode ser denominado enquanto cidadania sexual LGBT. Esta forma de inferiorização do outro, tornado-o inexoravelmente diferente, como propõe Borrillo (2010), não foi uma atitude direcionada aos homossexuais apenas entre os anos de 1964 a 1985, mas, também, após o reestabelecimento do período democrático brasileiro. A violência não fora vista com naturalidade

apenas pela política. Indo além, a ditadura militar produziu uma cultura da violência, situação que até hoje é vivenciada espacialmente pelas pessoas LGBT. (ORNAT, SANTOS e HANKE, 2014).

Perante este contexto, coloca-se como muito produtiva uma discussão sobre a cidadania que vá para além do Estado, tendo visto o fato de que isto pode oferecer, como proposto por Gordon e Stack (2007) uma possibilidade de legitimidade social. Esta legitimidade social, relacionada a construção de lutas cotidianas, pode proporcionar a criação de espaços de manobra para a gestão da vida de pessoas que vivem vidas clandestinas, ou semi-clandestinas.

Como tratado por Dickinson (et al. 2008), entendemos que o potencial da cidadania está localizado no fato dela ser também potencialmente transformada através das relações cotidianas, pois todas as obrigações ditadas tanto pelo Estado quanto por outras instituições podem ser cotidianamente contestadas, reinventadas e subvertidas. Consideramos que não existem relações que não sejam relações de poder. E devido a isto, onde há poder, há resistência (FOUCAULT, 1988).

Como salientado por Hutta (2010), tem-se evidenciado no Brasil um grande conjunto de práticas militantes do movimento LGBT, buscando igualdade de

direitos, e lutando a favor da eliminação de toda forma de discriminação. Por outro lado, problematizando as afirmações de Dagnino (1999), o autor argumenta que a partir da década de 1990 os movimentos sociais tornaram-se responsáveis por um conjunto de atividades que anteriormente eram de responsabilidade do Estado. Segundo esta proposta, o Estado remobiliza sua noção de cidadania, produzindo um engajamento da sociedade civil organizada, em particular, no setor da saúde, e adquirindo com isto um novo papel de uma aparente protagonização da cidadania advinda do Estado. Assim, perante todos os elementos até agora discutidos, passamos a problematizar as ações de Ongs LGBT do Sul do Brasil.

Relações entre Espaço e Escala na Cidadania LGBT do Sul do Brasil _____

Buscando compreender a relação entre espaço e cidadania LGBT no Sul do Brasil, realizamos dez entrevistas semi-estruturadas com Ongs LGBT, produzindo todo o processo de entrevista um total de onze horas e vinte minutos de diálogo. Todo este volume de fala fora analisado segundo a proposta de Bardin (1977), relacionada a análise de conteúdo do discurso.

Este processo metodológico se refere ao desmembramento do texto, nesta situação, da fala resultante do processo de entrevista, em unidades denominadas de evocações. Inicialmente, estas evocações foram classificadas segundo categorias discursivas, para em um segundo momento terem sido classificadas segundo espacialidades discursivas. As 292 evocações que nasceram deste processo metodológico foram inicialmente classificadas segundo as categorias discursivas 'Avaliação da Militância LGBT' (54.1%) e 'Cidadania' (41.4%)¹¹, segundo uma variedade de espacialidades e escalas.

Em relação a discussão sobre o espaço, este tem sido avaliado enquanto um elemento fundamental de nossas vivências cotidianas. Sendo assim, ele é objeto de um amplo debate dentro das ciências sociais, e como visto por Corrêa (1995) envolvendo geógrafos e não geógrafos. Na sua busca de construir um conceito de espaço, também Santos (1978) nos apresenta que cada disciplina teria seu objeto estabelecido no conjunto dos sub-campos do conhecimento científico. Segundo ele, a Geografia teria como objeto de estudo a sociedade em sua dimensão espacial, entendendo o espaço enquanto a natureza modificada pelo trabalho humano, ou de forma mais

específica, enquanto uma estrutura subordinada e subordinante

A partir da consideração realizada por Butler (2003) que o ocidente é estruturado a partir da linearidade entre sexo, gênero e desejo, as espacialidades ocidentais estruturam-se no que Valentine (1993) denomina como 'espaço heterossexual', ou seja, constringendo as ações dos sujeitos em direção a esta configuração de práticas de gênero e sexualidade. Como apontado pela autora, a heterossexualidade é uma prática sexual dominante na cultura ocidental moderna, não definida apenas pelos atos sexuais nas espacialidades privadas, mas estabelecida a partir de relações de poder que se operam em todas as espacialidades cotidianas, espacialidades heterossexuais que se colocam enquanto invisíveis, até que suas fronteiras sejam transgredidas. Evidenciamos que esta transgressão de fronteiras relaciona-se à vivência espacial, nas mais variadas possibilidades existenciais das pessoas LGBT, ao longo de suas vidas, quanto da própria militância LGBT no Sul do Brasil.

Quando pensamos sobre a multiescalaridade da própria atuação da militância LGBT, devemos levar em consideração que como afirmado por Castro (1995), tão importante saber que as coisas mudam com o tamanho, cabe-nos

evidenciar como elas mudam, ou seja, quais são os novos conteúdos estabelecidos a partir das relações sociais existentes através desta multiplicidade de escalas espaciais. A partir do pressuposto de que todas as espacialidades são constituídas a partir de relações sociais, as mais variadas, esta nova complexidade se apresenta como constituída por inter-relações, esfera da multiplicidade e sempre em construção (MASSEY, 2008).

Massey (2008) afirma que há tempo vem refletindo sobre o que seria o espaço, chegando a ele via de regra indiretamente, a partir de conflitos que envolvem a globalização, das relações entre política e lugar, desigualdades regionais e formas complexas de se pensar as cidades. Após a declaração destas angústias, a autora afirma que “não só os pressupostos implícitos que fazemos em relação ao espaço são importantes, mas também que, talvez, fosse produtivo pensar o espaço de uma maneira diferente” (MASSEY, 2008, p. 19). Consideramos pertinente o diálogo entre a perspectiva do que é denominado 'espaço enquanto reflexo e condição' e o que é estabelecido por Massey como a tríade espacial - 'inter-relação / multiplicidade / movimento', para produzir inteligibilidade ao fenômenos apresentado nesta discussão.

Este caminho de reflexão evidencia o fato de que, como defendido por Massey (2008), os grupos sociais desenvolvem modos de incorporação de espacialidades as suas visões sociais de mundo. Assim, afirmamos que estes produzem estratégias de gestão dos desafios espaciais que constroem as ações dos sujeitos. Como avaliado nas falas das pessoas entrevistadas, estas ações dialogam com a imposição do espaço ser reflexo e condição das formas de organização social hegemônicas.

Como evidenciado por Massey (2008), esta forma de pensar o espaço pode contribuir na reflexão deste enquanto a esfera da política, ou seja, uma abertura para uma autêntica dimensão do político, ou uma conexão entre uma imaginação do espacial e do político. Assim, a partir destas considerações, passamos agora a problematizar a avaliação que as pessoas que ocupam cargos de presidência em Ongs LGBT do Sul do Brasil tem em relação a militância LGBT Brasileira, para em um segundo momento tratar sobre a relação entre cotidiano e cidadania, segundo a ação destas Ongs.

Uma Avaliação Escalar da Militância LGBT Brasileira _____

Iniciamos nossa reflexão pelo maior percentual, relacionado a avaliação

que as pessoas entrevistadas realizam no tocante a Militância LGBT Brasileira (54.1% do total de evocações). O primeiro agrupamento de reflexão, para a avaliação da militância LGBT, com relação aos grupos sociais LGBT, refere-se as escalas 'Local' (26.6%), 'Estadual' (6.3%), 'Regional' (1.9%) e 'Nação' (17.1%).

Em se tratando da escala de atuação local, o que as pessoas entrevistadas tratam diz respeito a necessidade de ampliação da militância LGBT, da necessidade de empoderamento dos grupos LGBT para a própria militância, sobre o funcionamento das Ongs, na sua relação com a importância do voluntariado, e a despolitização do movimento LGBT.

Quando utilizamos a palavra militância, temos por apreensão o fato de que esta palavra, enquanto um conceito, assim como afirmado por Veiga-Neto (2012), tem relação à uma ação militar, um *actio militaris*. Este deve ser entendido enquanto um agir para frente coletivo que se guia por um ideário comum, e como na nossa reflexão, relacionada a construção de uma cidadania LGBT brasileira. Consideramos, segundo a imaginação propiciada pelas considerações do autor, que esta também é feita por aquilo que é denominado enquanto ativismo, ou seja, enquanto um fazer consequente, feito por

práticas reflexivas que levam a transformação social, um compromisso ético com os outros e consigo mesmo. Se a primeira refere-se a uma ação coletiva, o ativismo tem relação com uma ação individual. É devido a este conjunto de elementos que optamos pela utilização do conceito de militância em detrimento de ativismo, mesmo que consideremos que o segundo compõe o primeiro.

No tocante a necessidade de ampliação da militância LGBT, fica notório o sentimento que as pessoas que ocupam cargos de presidência tem sobre a necessidade de criação de novas lideranças para o movimento LGBT, pois segundo estas avaliações, esta responsabilidade tem sido vista como uma carga a ser carregada por poucas pessoas. Esta necessidade de ampliação tem relação com a persistência da homofobia no Brasil, enquanto um traço de nossa constituição cultural, pois se as pessoas LGBT eram discriminadas, esta discriminação ainda persiste no mercado de trabalho, hospitais, famílias, e escolas. Estas pessoas eram e continuam a ser identificadas para serem espancadas, agredidas, torturadas e assassinadas, pois de acordo com o último 'Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil' (BRASIL, 2013), no ano de 2012 foram notificadas 3.084 denúncias de 9.982 violações relacionadas à população LGBT.

Um das necessidades destas novas militâncias, frente a este contexto de morte, refere-se ao empoderamento. Entendido enquanto um conceito, este está relacionado, como tratado por Zimmerman (1995), a um processo através do qual as pessoas, organizações ou comunidades ganham domínio sobre questões de seu interesse. Segundo este autor, o nível individual de compreensão desta postura próativa refere-se ao empoderamento psicológico, relacionado a capacidade de controle que um indivíduo tem, segundo uma compreensão crítica das situações sociopolíticas. Neste caminho, para o autor, o empoderamento é constituído por três elementos, o 'intrapessoal', o 'interacional' e o 'comportamental'. O primeiro refere-se a percepção de controle de situações, autoeficácia, controle motivacional e percepção de competência. O segundo componente é formado por consciência crítica, compreensão dos agentes causais, desenvolvimento de habilidades, transferência de competências em vários domínios da vida e mobilização de recursos. Finalmente, o terceiro componente do empoderamento individual faz-se pelo envolvimento comunitário, pela participação organizacional e um comportamento de enfrentamento. Assim, todos estes elementos são colocados nas

falas enquanto uma demanda para o funcionamento do próprio movimento LGBT.

Finalmente, a despolitização da população LGBT é apontada enquanto um elemento de avaliação da própria militância LGBT, na escala de atuação local. Como tratado nas falas, o avanço no reconhecimento da cidadania LGBT também produz uma geração LGBT despolitizada, pouco preocupada ou interessada na participação em Ongs LGBT.

Os elementos de fala trazidos em relação a escala de atuação Estadual (6.3% das evocações), referente aos grupos sociais LGBT, diz respeito a dificuldade de estabelecimento de parcerias devido a visão mercadofila de algumas Ongs, mas também a posição geográfica destas Ongs impossibilitar o estabelecimento de possíveis parcerias. O funcionamento das Ongs é apontado como cíclico, ciclicidade esta referente tanto a dificuldade de manutenção financeira das Ongs, quanto do descompromisso do movimento LBGT com a base do movimento, dificultando sua própria legitimidade de funcionamento. Como afirmado por Hutta (2010), e evidenciado nos resultados de campo, esta situação ocorre quando Ongs se confundem com o Estado, perdendo força no processo de avanço de construção

da cidadania. Sobre a escala de atuação regional (1.9% das evocações), as falas apontam para o desafio dos movimentos sociais no estabelecimento de uma agenda coletiva, devido ao pequeno número de projetos publicados a nível Federal para que redes regionais de Ongs possam existir.

Para a escala de atuação da nação, na avaliação da militância LGBT (17.1% das evocações), os elementos preponderantes referem-se a conflitos internos do movimento LGBT. Estes estão relacionados ao fato de que o movimento LGBT está cada vez mais distante dos grupos sociais aos quais luta por cidadania, que a sua fragmentação é prejudicial, e que alguns retrocessos, como aqueles elencados na primeira parte deste texto, se dão pelo próprio funcionamento do movimento LGBT nacional. Um exemplo disto refere-se ao que as falas evidenciam, dizendo respeito a situação de que o movimento de travestis e transexuais nasceu no Brasil pela insatisfação com o movimento gay, que segundo as falas é de classe média e branco.

Esta insatisfação das falas entra em relação com o próprio reconhecimento da importância do movimento, pois mesmo perante todos os conflitos, todos os avanços obtidos pela militância LGBT

foram atingidos graças a existência de conflitos, pois estes geram o movimento. Estes avanços na construção da cidadania LGBT devem-se ao trabalho cotidiano das Ongs, produzindo jurisprudências que se espalham pelo Brasil.

O segundo agrupamento de reflexão refere-se a avaliação da militância LGBT, com relação ao Estado, nas escalas 'Local' (8.9%), 'Estadual' (7.6%) e 'Nação' (17.1%). Iniciando este momento de discussão, a partir da escala local, os elementos trazidos nas falas tratam do financiamento do Estado, denominado de subvenção, para com o funcionamento das Ongs, da criação de políticas públicas LGBT e da própria relação entre Estado e Ongs. Sobre o elemento subvenção, as falas apontam tanto para uma diminuição do repasse de recursos para o funcionamento das Ongs, quanto do fato da ausência de subvenções produzir maior liberdade no funcionamento da Ong e ampliação da capacidade de cobrança do poder público municipal. Mesmo que o trabalho das Ongs LGBT tenha sido avaliado enquanto de fundamental importância na criação de políticas públicas orientadas a construção de uma cidadania LGBT, a relação entre Ongs e Estado evidencia-se enquanto paradoxal, na medida em que as Ongs necessitam ter uma relação com o Estado, sem poder se

confundir com ele. Se fizeram presentes nas falas acusações de que os movimentos sociais são silenciados, a partir da troca de silêncio por cargos comissionados. Foram trazidos também enquanto elementos de fala situações de confusão entre Estado e Ongs, pois ao invés destas fazerem política, o que ocorre é a prática da 'politicagem', entendida pelas pessoas entrevistadas enquanto troca de favores. Outros elementos problematizados se referem as dificuldades de diálogo com o poder público municipal, situação esta que nasce tanto do estigma trazido do fato de Ongs trabalharem com travestis, quanto da incompetência das ações das Ongs, desqualificando o próprio movimento LGBT.

Se, como tratado por Rodrigues (2011), existe um consenso de que os movimentos sociais tem por mestra de ação a difusão de estratégias de emancipação, que são alimentadas pelo objetivo da liberdade, e que estes agentes denunciam as contradições existentes nas organizações sociais, desafiando estruturas de dominação, as críticas nascidas das falas em relação a militância LGBT, segundo a relação com o Estado, na escala local, tem apontado para a competência não suficiente que estas Ongs possuem.

No que se refere a avaliação da militância LGBT, com relação ao Estado, segundo a escala Estadual (7.6% das evocações), os elementos de fala trazidos a partir das entrevistas referem-se novamente ao paradoxo da necessidade das Ongs ocuparem espaço na estrutura de funcionamento do Estado, frente a relação de subserviência das Ongs para com o Estado, e o reconhecimento do avanço da construção de políticas públicas direcionadas a grupos LGBT.

As falas evidenciam a necessidade de que as Ongs ocupem espaço em comissões que discutem, na escala Estadual, a cidadania LGBT. Contudo, segundo as falas das pessoas entrevistadas, os Governos Estaduais buscam estabelecer relações de subserviência das Ongs para com ele, a partir da estrutura de funcionamento de projetos financiados. Novamente, as críticas são dirigidas a situação de Ongs realizarem ações que são constitucionalmente de responsabilidade do Estado, como a própria prevenção de DST's.

A esta situação é somada o fato da partidização das militâncias LGBT, novamente, papel este inconcebível, para os entrevistados, na prática cotidiana das militâncias LGBT. O caminho sugerido por estas falas diz respeito a necessidade

do *advocacy*, (SIMONETTI, REIS e HARRAD, 2009) ou seja, a importância do estabelecimento de processos que tenham por objetivo promover a mudança na concepção da política, instituições e suas práticas, ou seja, o fazer política sem ser Estado. Evidencia-se nas falas que é esta postura que tem produzido os avanços na construção de uma cidadania LGBT, pois enquanto controle social, o Estado é exortado para que assuma a sua responsabilidade para com os grupos LGBT. Este avanço é também dependente de contextos políticos, que podem ser pró LGBT ou contra LGBT, pois mesmo que algumas militâncias estaduais sejam referência, poucos avanços têm sido visualizados, como exemplificado nas falas, em relação ao fato do contexto político paranaense não ser favorável a estes avanços.

Finalizamos o segundo agrupamento de reflexão, referente a avaliação da militância LGBT, agora com relação a escala do Estado-Nação (17.1% das evocações). Todo o volume de evocações que trataram desta escala específica foram agrupados em três direções de discussão: relação Estado – Ongs; funcionamento de Ongs e subvenção; e, relação entre Militância LGBT e política. Sobre a relação entre Ongs e Estado, evidencia-se que a

fragmentação do movimento LGBT é prejudicial à construção da cidadania LGBT brasileira, devido à dificuldade do movimento LGBT no estabelecimento de pautas claras de reivindicação para com o Estado-Nação. Mesmo que os avanços sejam reconhecidos, estes não se colocam a contento do horizonte estabelecido de trabalho. Sobre os recursos recebidos do Estado para o funcionamento das Ongs, evidencia-se nas falas repasses espacialmente desiguais de recursos do Estado e de forma não contínua. Para além, isto não é apontado como uma garantia de avanço da luta LGBT, pois mesmo que estas Ongs recebam estes recursos, este não tem se transformado em mudança social LGBT.

De forma mais intensa que em relação a escala Estadual, as falas evidenciam a importância da política na escala do Estado-Nação, para os avanços da cidadania LGBT brasileira. Existe nas falas um reconhecimento de que o diálogo com o Governo Federal fora muito mais intenso durante os oito anos de gestão do Governo Lula, que nos quatro anos de gestão do Governo Dilma. Esta argumentação, localizadas nas evocações, fortalece as afirmações que evidenciam que cada avanço depende de contextos políticos.

Chamamos a atenção deste aspecto, na sua relação com os trabalhos da denominada 'Frente Parlamentar Evangélica', do Congresso Nacional. Instaurada em 18 de setembro de 2003, totaliza atualmente aproximadamente 15% dos Deputados Federais, e como afirmado por Trevisan (2013), tem demonstrado força para impedir que projetos relacionados a construção da cidadania LGBT sejam aprovados no Congresso Nacional, possuindo uma organização estratégica de atuação que é o reflexo da mobilização da população neopentecostal brasileira. Souza (2013) também afirma que estes parlamentares, conjuntamente com outros que representam os interesses da Igreja Católica, tem estabelecido como pauta de trabalho a luta contra qualquer demanda do movimento LGBT, estabelecendo um certo tipo de 'cruzada' contra qualquer tipo de reivindicação deste movimento.

É segundo o conhecimento deste contexto que as falas apontam para a necessidade de contratação de compromissos com os candidatos nos momentos de eleição, e que o fortalecimento do movimento LGBT está relacionado a representação que este grupo tem na política brasileira. As falas evidenciam que isto se coloca enquanto uma demanda urgente na escala do

Estado-Nação, perante o esvaziamento do volume de políticos que fazem política pelas causas LGBT, impossibilitando a construção de uma agenda política para a construção da cidadania LGBT brasileira.

O terceiro agrupamento de reflexão sobre a categoria discursiva avaliação da militância LGBT refere-se a evocações que trataram da escala da Nação, orientada às associações nacionais LGBT. Estas totalizaram 14.6% do total de evocações deste agrupamento, tendo sido avaliadas segundo aspectos negativos e positivos. Em relação aos aspectos negativos das associações LGBT brasileiras, salienta-se o fato de várias Ongs não concordarem com as formas de gestão destas associações, devido a alinhamentos estabelecidos entre estas associações e o Governo Federal. Faz-se também o reconhecimento de que as Ongs do interior do Brasil funcionam para manter pessoas em espaços de poder e decisão, confundindo-se o nome de pessoas específicas com as próprias associações. Neste caminho, as falas evidenciam conflitos existentes entre associações, e que são estes conflitos que dificultam o estabelecimento de um norte claro para a militância LGBT. No tocante aos aspectos positivos, as falas das pessoas entrevistadas reconhecem a grande importância da existência de associações

LGBT, no fortalecimento da militância frente ao Estado-Nação, tanto em relação ao Legislativo, ao Executivo quanto ao Judiciário. A promoção da cidadania LGBT fora reconhecida nas falas dos entrevistados como uma das maiores ações das associações, promoção esta que se dá pelo combate a qualquer tipo de discriminação relacionada a orientação sexual e a identidade de gênero.

Estes combates têm sido implementados a partir de ações cotidianas. Estas não podem ser compreendidas, com propõe Dickinson (et al, 2008), como mais uma escala através da qual a cidadania se expande ou se contrai, pois como visto até aqui, devemos visualizar a militância LGBT funcionando para além de escalas fixas. Contudo, a partir do que propõe os autores, pensamos que a construção de uma cidadania LGBT se dá a partir de rotinas cotidianas, que pelo fato de serem sistemas de ordens, proporcionam a criação de eventos abertos e criativos. Como visto, é segundo este acúmulo das práticas das Ongs LGBT no Sul do Brasil que uma outra cidadania pode emergir. É sobre isto que a próxima parte do texto trata.

Cotidiano e Cidadania segundo Ongs LGBT no Sul do Brasil _____

Várias discussões têm afirmado que as disposições cotidianas são fundamentais para a compreensão de uma ampla gama de mudanças políticas, sociais e econômicas. Como tratado por Dyck (2005), existe uma insistência por parte de geógrafos e geógrafas feministas de que as relações e ações cotidianas são uma porta de entrada para uma ampla gama de conexões entre o local e relações amplas de poder. É através de pequenos elementos que estas relações podem se reproduzir, ou ser contestadas. Problematizando a produção dos estudos políticos e da Geografia Política, Kofman (2003) aponta que o cotidiano sempre foi protagonista nestes sub-campos do conhecimento. Todavia, o *slogan* feminista da década de 1970 - o pessoal é político - ao mesmo tempo desafiou e contestou a noção de política, relacionada exclusivamente ao domínio formal, podendo ser vista agora, a partir disto, em todos os locais, segundo uma ampla gama de relações cotidianas. Esta proposta se relaciona ao tratado por Haldrup, Koefoed e Simonsen (2006), entendendo que tanto os atos de cidadania quanto de exclusão estão enraizados em compromissos pessoais cotidianos, que segundo práticas coletivas, podem gerar inclusões ou exclusões.

Como defendido por Dickinson (et al, 2008), devemos compreender a prática política enquanto um processo que é vivido cotidianamente, através do qual atos de cidadania vão se acumulando. Nesta direção, a prática política cotidiana também pode funcionar enquanto um campo de contestação e transformação daquilo que é predominantemente assumido enquanto cidadania, pois como tratado na primeira parte deste texto, esta pode assumir formas repressivas, advindas de ações estatais. Chamamos a atenção, como tratado pelos autores, para o fato de que o cotidiano não se reduz a vivência imediata dos corpos, mas que também captura um amplo leque de relações cotidianas entre pessoas e instituições.

Staeheli, Kofman e Peake (2004), em sua análise sobre a geografia política, argumentam que o campo científico foi produzido com base em três abordagens sobre a política que são sobrepostas: a abordagem da política como distribuição, a política como antagonismo e a política como constitutiva. Estas geógrafas políticas argumentam que as questões que envolvem gênero são fundamentais para compreender a política distributiva que evidencia a distribuição do poder sobre os recursos e privilégios da sociedade por meio de adquirir a capacidade de controle das instituições e de usar a distribuição

dos recursos para atingir determinados objetivos. A política como antagonismo considera as coalizões de grupos e interesses evidenciando a complexidade das alianças que são movidas justamente para dominar a política distributiva de recursos. A maior parte das abordagens da política como antagonismo inclui os processos eleitorais e sua relação com a implementação de políticas de Estado e de acordos entre várias escalas territoriais.

Apesar das ideias de política como distributiva e da política como antagonismo possuir uma fundamental perspectiva de gênero a ser explorada, é na ideia da política como constitutiva que a perspectiva feminista se desenvolve com mais força. A compreensão da política como constitutiva implica compreender a política como um processo contínuo no qual as sociedades são constituídas através de tensões e lutas. Tensões e lutas que são complexas e polivalentes, envolvem ações, comportamentos e recursos, tanto em espaços formais do Estado como nas escalas do bairro, da casa, do local de trabalho, da comunidade religiosa, da mídia e etc. Essas lutas têm um forte elemento orientado ao reconhecimento da pessoalidade e sobre suas significações na formação de sociedades democráticas.

A perspectiva da política como constitutiva teve grande reforço com a

virada da nova Geografia Cultural da qual a Geografia Feminista dialoga consideravelmente, como já salientado por Silva (2009). A política passou a considerar a cultura e também os aspectos identitários que trouxeram novos locais e arenas que ultrapassavam o Estado e as instituições formais, alterando a forma como a política podia ser compreendida e também espacializada. A perspectiva de gênero se legitimou nesse processo e também ganhou ênfase na Geografia Política que tem produzido um discurso crítico sobre as maneiras pelas quais as distribuições e antagonismos de atores políticos formam e transformam as sociedades.

A relação das pessoas com as instituições pode impactar na relação entre sujeitos e a representatividade de sujeitos centrais na esfera político partidária e até mesmo na candidatura de agentes que podem vir a defender uma ideologia representativa da instituição. Neste caso as ONGs podem se tornar instituições que também tem o poder de se posicionar frente a participação eleitoral, afim de eleger sujeitos que os representem. Este fato é bastante perceptível quando isolados os grupos nas esferas federal do senado e deputado, onde são identificadas as bancadas ruralistas, evangélicas, trabalhistas e também as

defensoras do movimento LGBT. Nem sempre a presença destas bancadas é relacionada a um partido específico, mas a vários partidos que possuem em suas pautas as similitudes identitárias com o discurso dos grupos acolhidos.

Estas afirmações correspondem as evocações que trataram da categoria discursiva 'cidadania', computando 41.4% do total de evocações coletadas de todo o processo de pesquisa. Esta categoria discursiva fora composta pelo agrupamento 'cidadania geral' (51.2%), quando as falas tratavam de forma ampla sobre direitos sociais, civis e políticos, e de forma específica, pelo 'Direito Social' (35.5%), 'Direito Civil' (5,8%) e 'Direito Político' (7.4%). Considerando o fato de que, nas afirmações acima realizadas, o cotidiano tem se colocado enquanto um elemento de grande importância para a compreensão da cidadania, estas considerações relacionam-se ao comportamento percentual de cada tipo de cidadania, segundo as espacialidades discursivas. Assim temos, no tocante as evocações que estavam relacionadas ao cotidiano, uma preponderância relacionada a escala local, como visto nas seguintes configurações: 'Cidadania Geral' (Grupos Sociais Local – 61.3%; Estado Local – 16.1%)¹²; 'Direito Social' (Grupos Sociais Local – 88.4%; Estado Local – 2.3%)¹³;

'Direito Civil', relacionado exclusivamente aos grupos sociais local¹⁴; e, 'Direito Político' (Grupos Sociais Local – 22.2%; Estado Local – 44.4%)¹⁵.

Sobre o agrupamento relacionado a 'Cidadania Geral', para a escala 'grupos sociais local', os elementos trazidos nas evocações dizem respeito a um conjunto de ações cotidianas, ao embate com 'cafetinas' e a relação com a academia. Inicialmente, as Ongs do Sul do Brasil tem realizado um conjunto de ações cotidianas relacionadas a afirmação da identidade de gênero e ao empoderamento de travestis e transexuais. Também são estabelecidos debates junto a travestis e transexuais que vivem da prostituição, de que esta não pode ser a única possibilidade de sobrevivência destinada socialmente a estes grupos.

Outras ações referem-se a organização de Paradas da Diversidade, encaminhamentos médicos, o combate a homofobia no Candomblé, a realização de grupos de auto ajuda para familiares de homossexuais e de trabalho específico com meninas lésbicas, realização de ações de combate a homofobia em espaços educacionais, realização de denúncia contra morte de LGBTs, além dos trabalhos de prevenção de DST' em boates ou locais de prostituição.

Este conjunto de ações, mesmo que possam ser avaliados como pequenos, configuram-se como ações que constroem possibilidades de cidadania às pessoas que são avaliadas como não cidadãs, pois mesmo que exista uma igualdade formal, o que a vivência LGBT evidencia diz respeito a um grande conjunto de exclusões sociais e interdições espaciais (SILVA, 2013), não possuindo estas pessoas, como trata Butler (2008) o *status* de sujeito. Também, segundo Mészáros (2002), vivemos o paradoxo da relação entre uma igualdade formal, proposta pelas organizações políticas através das legislações, e uma desigualdade substantiva, resultado das contradições inerentes das formas como nos organizamos enquanto seres humanos.

Sobre o embate com 'cafetinas' na construção da cidadania para travestis e transexuais, as falas tratam que as denominadas proprietárias para pensões para travestis e transexuais, também conhecidas como 'cafetinas', não tem interesse que estas pessoas tenham acesso a uma vivência cidadã, feita segundo direitos sociais, civis e políticos. Como visto por Ornat e Silva (2014), problematizando a relação entre território descontínuo paradoxal, movimento LGBT, prostituição e cafetinagem no Sul do Brasil, evidencia-se a fluidez de

conhecimento grupal, fazendo-se segundo vários atores sociais, e dentre eles, as cafetinas. Os autores afirmam que esta fluidez é constituída a partir de relações que se estabelecem entre travestis, Ongs e proprietárias de pensões para travestis, a partir de paradoxos e complementaridades entre atividades legais e ilegais. Em específico, é segundo este jogo que as travestis buscam sobreviver, recebendo, como visto acima, um conjunto de auxílios de Ongs LGBT.

Para a conexão entre Militância e Academia, as falas indicam tanto o estabelecimento de parcerias com grupos de pesquisa, como exemplo com o Núcleo de Identidades, Gênero e Sexualidades da Universidade Federal de Santa Catarina, como o apoio recebido desta instituição no objetivo da instituição do nome social para travestis e transexuais alunas desta universidade. Um dos elementos que é reconhecido pelas Ongs como de grande importância refere-se a imbricação entre pesquisas que problematizam questões de gênero e sexualidades, com a própria militância LGBT, pois assim como tratado por Narvaz e Koller (1996), observa-se desde a década de 1990 uma intensa justaposição entre movimento político social e academia.

Em relação a 'Cidadania Geral', a partir da escala do 'Estado Local' (16.1%

das evocações), o que as falas evidenciam diz respeito ao estabelecimento de parcerias entre Ongs e Estado, tanto na organização da entrega de preservativos, quanto na divulgação de conhecimentos relacionados à travestis e transexuais, no objetivo de combate ao preconceito de funcionários públicos. Contudo, os elementos preponderantes em relação a este agrupamento se refere novamente ao *advocacy*, não enquanto uma crítica, mas agora enquanto uma prática. Esta tem sido realizada enquanto uma luta de construção de cidadania LGBT, segundo a ocupação de cadeiras em conselhos municipais.

Em se tratando das especificidades relacionadas ao direito social, direito civil e direito político, não temos a pretensão de historiografar a constituição da cidadania, mas sim evidenciar que aquilo que é estabelecido enquanto cidadania brasileira não abarca todos os grupos sociais em sua totalidade e especificidades, e de certa forma, considerando que grupos LGBT não são possuidores de direitos.

Tendo por preocupação principal a cidadania, Marshall (1950) problematiza o impacto desta em relação as desigualdades sociais. Segundo o autor, a cidadania, entendida enquanto constituída por direitos sociais, direitos civis e direitos políticos, é um *status* que é concedido aos

membros plenos de uma comunidade. Todos os que possuem este *status* são iguais perante direitos e deveres para com o Estado. Segundo estas afirmações, não existem princípios universais para o estabelecimento destes direitos, existindo, contudo, um horizonte de elementos a ser alcançado para a construção de uma cidadania ideal, feita sempre para um maior número de pessoas.

Se por outro lado, como tratado pelo autor, a classe social é um sistema desigual, esta forma de organização social entra em conflito com o estabelecimento da cidadania, pelo fato dos dois serem constituídos por princípios opostos. Não temos por foco aqui problematizar a relação entre cidadania e classe social, mas sim evidenciar que existe um alinhamento entre o que é constituído no Brasil enquanto cidadania e o gênero, compreendido, a partir da proposta de Butler (2003), enquanto um mecanismo que regula as práticas humanas e cria ficções de feminilidades e masculinidades enquanto naturais.

Desta forma, o gênero vai além de um conjunto de ideias que uma cultura específica constrói em relação ao que é ser homem ou mulher, mas funciona enquanto um mecanismo que é alimentado por discursos médicos, jurídicos, biológicos e teológicos monoteístas. Pensando que este

mecanismo dialoga com a relação entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, e que coloca o sexo enquanto pré-discursivo, como dado, anterior a cultura, a partir da heterossexualidade compulsória propõe que o gênero descende do sexo, e a prática sexual e o desejo descendem tanto do sexo quanto do gênero.

Não podemos pensar em gênero antes de problematizar a identidade de gênero. O funcionamento deste mecanismo produz tanto identidades de gênero inteligíveis – onde existe uma correspondência linear entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, quanto identidades de gênero ininteligíveis, onde esta correspondência é inexistente, produzindo aquilo que Butler (2008) tem chamado de abjeto, ou seja, relacionado a posição de corpos que ocupam posições invisíveis e inabitáveis da vida social. É este mecanismo que constitui a vivência de interdição espacial de grupos LGBT. E é também em relação ao alinhamento entre cidadania e mecanismo de gênero que se constroem as lutas cotidianas das Ongs LGBT no Sul do Brasil.

Portanto, no tocante ao agrupamento 'Direito Social', quando pensando segundo a escala 'Grupos Sociais Local' (88.4%), são entendidos pelas Ongs enquanto direito social, materializando-se em práticas cotidianas,

as ações relacionadas a prevenção de DSTs / HIV – Aids, a realização de palestras que problematizem a homofobia e a luta pela implementação do nome social em instituições públicas. Sobre a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, salienta-se que os trabalhos cotidianos das Ongs tem sido orientados à entrega de preservativos em locais de prostituição, mas além, segundo o estabelecimento de discussões com grupos LGBT sobre temáticas referentes a saúde, no objetivo da prevenção.

Sobre a realização de palestras que problematizam a homofobia, as Ongs tem tido uma prática insistente neste combate. Como evidenciado pelos resultados do 'Projeto de Estudos sobre Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar' (FIPE/MEC/INEP, 2009), o preconceito homofóbico é uma realidade do espaço escolar brasileiro. Sabendo desta configuração, as Ongs tem estabelecido através da escola momento de debate sobre o preconceito, preparando pais, docentes e discentes para a temática da diversidade sexual, possibilitando a construção de ações de respeito para com pessoas LGBT.

Para a discussão do nome social, as Ongs tem atuado através do espaço escolar, estabelecendo cobranças relacionadas ao cumprimento deste

direito. Este se refere, no caso do estado do Paraná, a Instrução Conjunta N.º 02/2010 (SUED/DAE/Seed), que determina que os estabelecimentos de ensino estaduais devem incluir o nome social de travestis e transexuais, maiores de 18 anos, que assim o queiram, nos documentos internos das escolas, como Livro Registro de Classe, Edital de Nota e Boletim Escolar. Em se tratando do estado de Santa Catarina, a Resolução n.º 132 (15/12/2009), do Conselho Estadual de Educação, também determina que as instituições vinculadas ao sistema estadual de educação, tendo em vista o respeito a cidadania, incluam o nome social de travestis e transexuais nos registros escolares interno. Para o Rio Grande do Sul, a conquista coloca-se a frente do estabelecido nos dois estados acima citados. Em relação a este, o Decreto n.º 49.122 (17/05/2012) institui a Carteira de Nome Social para Travestis e Transexuais no estado do Rio Grande do Sul, carteira esta que substitui no estado a Carteira de Identidade. Indo além, o trabalho das Ongs tem lutado pela mudança do nome de travestis e transexuais, vendo esta conquista enquanto um degrau para o estabelecimento de outras conquistas sociais, como a sensibilização da Saúde para a utilização do nome social para travestis e transexuais, tema tratado

segundo a escala do 'Estado – Local' (2.3%).

Em se tratando do 'Direito Civil', na escala 'Grupos Sociais Local' (85.7%), as ações das Ongs tem se relacionado ao acompanhamento dos casos de homofobia no município, para que as denúncias realizadas sobre homofobia não se tornem estatísticas, a busca de proteção judicial no caso de demissão motivado por orientação sexual / identidade de gênero, e o atendimento às pessoas LGBT relacionadas ao direito à proteção judicial.

Sobre as evocações que trataram do 'Direito Político' (66.6%), em relação a escala 'Grupos Sociais Local' (22.2%), as falas das pessoas entrevistadas evidenciam ações relacionadas a construção de Paradas do Orgulho LGBT enquanto uma manifestação política, além do estabelecimento de um combate político contra a homofobia. Sobre a escala 'Estado Local' (44.4%), as falas direcionam-se ao reconhecimento do respeito recebido na relação com Prefeituras, a participação no debate político sobre a permanência de travestis e transexuais em locais de prostituição, além da posição contrária a qualquer tipo de negociação política com Prefeituras com o objetivo de retirar proveito pessoal de situações.

Segundo as provocações realizadas por Zebracki (2014), podemos afirmar que

ainda não é evidente em todos os locais uma genuína cidadania LGBT, estando esta ainda em processo de elaboração, tanto segundo a militância LGBT brasileira, como na ação cotidiana das Ongs LGBT no Sul do Brasil. As provocações realizadas pelo autor chamam a nossa responsabilidade, na criação de uma massa crítica, para que todas as pessoas reconheçam e respeitem sexualidades heterogêneas, variadas e fluídas, possibilitando que vidas não habitáveis possam ser vividas de forma cidadã.

Considerações Finais _____

Este texto analisou a relação entre espaço e cidadania, segundo a ação de Ongs LGBT do Sul do Brasil. Como visto, a cidadania pode ser reimaginada e praticada segundo diferentes configurações. Esta situação se evidencia nas ações de Ongs LGBT, pelo fato destas entenderem sobre a necessidade de ampliação de direitos sociais, civis e políticos direcionados a população LGBT. Portanto, a cidadania pode ser conceituada, segundo a ação destas Ongs, enquanto um processo contínuo de contestação. A construção desta nova cidadania não ocorre em um vácuo, mas sim através de espacialidades, constituídas por inter-relações, esfera da

multiplicidade e sempre e construção. Da mesma forma, esta construção não se dá segundo escalas estanques, mas é realizada segundo o cruzamento de escalas locais, estaduais, regionais e nacionais, tanto na relação com os grupos LGBT quanto com o Estado.

Se a cidadania é um conjunto de direitos sociais, civis e políticos que é controlada pelo Estado, reconhecido enquanto um *status* que é concedido aos membros plenos de uma comunidade, todos os que possuem este *status* serão vistos enquanto iguais perante os direitos e deveres para com o Estado.

Evidenciamos que a cidadania também é constituída pelo mecanismo de gênero, regulador de práticas humanas, criador de ficções de feminilidades e masculinidades enquanto naturais. Um dos resultados do funcionamento deste mecanismo esta relacionado a produção de identidades de gênero inteligíveis e ininteligíveis, feita esta última segundo uma não linearidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. À estas últimas pessoa, restarão situações de abjeção, vivendo posições espaço temporais invisíveis e inabitáveis. É em relação a esta configuração que as Ongs LGBT do Sul do Brasil, segundo margens de manobra, tem construído lutas cotidianas,

produzindo possibilidades de que vidas não habitáveis possam ser vividas.

NOTAS

¹ Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFRJ - 2011); Mestre em Gestão do Território pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (UEPG - 2008); Licenciado e Bacharel em Geografia (UEPG - 2005); É professor Adjunto B, no Departamento de Geociências, da Universidade Estadual de Ponta Grossa; É membro da equipe técnica responsável pelo site do Grupo de Estudos Territoriais (<http://www.gete.net.br>); Desde o ano de 2011 é um dos coordenadores do Grupo de Estudos Territoriais (GETE) e pesquisador do Grupo Espacialidades, Territorialidades e Identidades plurais - UNICENTRO; Compõe a equipe de coordenação da Rede de Estudos de Geografia, Gênero e Sexualidades Ibero Latinoamericana; a mesa editorial da Revista Latinoamericana de Geografia e Gênero. Desenvolve pesquisas que problematizam as imbricações entre espacialidades, gênero e sexualidades.

² Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1988), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995), Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002) e Pós-doutorado em Geografia e Gênero na Universidade Complutense de Madrid (2008-Bolsista CAPES). Pós-Doutorado em Geografia e Sexualidades na University of Brighton (2015-Bolsista CAPES). É docente do Ensino Superior desde 1990. Atualmente é professora Associada, nível B da Universidade Estadual de Ponta Grossa, docente dos cursos de Graduação em Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da

UEPG (Mestrado e Doutorado). Editora chefe da Revista Latino-americana de Geografia e Gênero desde 2010. Desde 2003 coordena o Grupo de Estudos Territoriais e com trabalhos extensionistas participa da ONG Renascer direitos humanos LGBT desde 2006, bem como é Consultora representante do Brasil no Projeto Transrespect versus Transphobia da Transgender Europe com Sede em Berlim. É representante do Brasil na União Geográfica Internacional - Seção Gênero desde 2011 e é membro da Comissão de Coordenação da Rede Ibero-Latinoamericana de Geografia Gênero desde 2010.

³ Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2005). Mestrado no curso de Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Integrante do Grupo de Estudos Territoriais (GETE). Compõe a Mesa Editorial da Revista Latino Americana de Geografia e Gênero (<http://revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>) e na Revista Sociedade e Território (<http://www.cchla.ufrn.br/revset/index.php/revset/issue/current>). Atuou no projeto Adolescentes Egressos do Sistema da Universidade Sem Fronteiras. Foi Diretor do Departamento de Planejamento e Orçamento da Prefeitura Municipal de Palmeira-PR. Foi professor colaborador do DEGEO na UEPG, UaB e Prolicen. Concursado como professor efetivo da UNICENTRO no campus de Irati desde abril de 2012.

⁴ Campo realizado entre Junho de 2013 a Abril de 2014.

⁵ Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

⁶ Ongs LGBT localizadas nas cidades de Apucarana – PR, Blumenau – SC, Campo Bom – RS, Caxias do Sul – SC, Curitiba – PR, Florianópolis – SC, São Leopoldo – RS, Sapiranga – RS e Tubarão – SC.

⁷ Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

⁸ Articulação Nacional de Transgêneros.

⁹ A Duma Federal, juntamente com o Soviete da Federação, forma o Legislativo da Federação Russa. É composta por 450 deputados, eleitos para mandatos com a duração de quatro anos.

¹⁰ Fala proferida por Renan Quinalha, durante os trabalhos da 'Comissão de Verdade de São Paulo', na audiência pública 'Ditadura e Homossexualidade no Brasil', em março de 2014. Fonte: <<http://igay.ig.com.br/2014-04-05/na-ditadura-a-homofobia-se-consagrou-como-politica-de-estado-diz-jurista.html>>. Acesso em 10 de maio de 2014.

¹¹ 4.5% das evocações trataram da categoria discursiva 'Relação com Associações LGBT', e que devido ao escopo da presente discussão, não serão problematizados.

¹² Os outros percentuais referem-se as seguintes escalas: Estado-Estadual, 3.2%; Estado-Nação, 4.8%; Grupos Sociais - Estadual, 6.5%; Grupos Sociais - Regional, 6.5%; Grupos Sociais - Nação, 1.6%.

¹³ Os outros percentuais referem-se as seguintes escalas: Estado-Nação, 2.3%; Grupos Sociais - Regional, 4.7%; Grupos Sociais - Estadual, 2.3%.

¹⁴ Os outros percentuais referem-se as seguintes escalas: Grupos Sociais - Regional, 14.3%.

¹⁵ Os outros percentuais referem-se as seguintes escalas: Estado-Estadual, 22.2%; Estado-Nação, 11.1%.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____

BELL, David; BINNIE, Jon. Authenticating Queer Space: Citizenship, Urbanism and Governance. *Urban Studies*, v. 41, n. 9, p. 1807 – 1820, 2004.

BELL, David; BINNIE, Jon. *The Sexual Citizen. Queer Politics and Beyond*. Cambridge: Polity Press, 2000.

BINNIE, Jon; VALENTINE, Gill. Geographies of sexuality – a review of progress. *Progress in Human Geography*, v. 23, n. 2, p. 175 – 187, 1999.

BOBBIO, Noberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Giafranco. *Dicionário de política, vol. I e II*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRASIL. *Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2009.

BRASIL. *Projeto de Lei. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, e dá outras providências*. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

BRASIL. *Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2013.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

- BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del 'sexo'*. Buenos Aires: Paidós, 2008.
- CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*, Campinas, Papirus, 2000.
- CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e política. Território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- CASTRO, Iná Elias de. O Problema da Escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 117 – 140.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, Um Conceito-Chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15 – 47.
- DAGNINO, Evelina. 'We all have rights, but ...': contesting concepts of citizenship in Brazil. In: KABEER, Naila. *Inclusive Citizenship: Meanings and Expressions*. London ; New York, Zed, p. 149-163.
- DICKINSON, Jen; ANDRUCKI, Max; RAWLINS, Emma; HALE, Daniel; COOK, Victoria. Introduction: Geographies of Everyday Citizenship. *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, v. 7, n. 2, p. 100 – 112, 2008.
- DYCK, Isabel. Feminist geography, the 'everyday', and local-global relations: hidden spaces of place-making. *The Canadian Geographer*, v. 49, n. 3, p. 233 – 243, 2005.
- FERRARI, Anderson. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. *Revista Brasileira de Educação*, nº 25, p. 105 – 115, 2004.
- FIPE/MEC/INEP. *Projeto de Estudo sobre Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar, Organizadas de Acordo com Áreas Temáticas, a saber, Étnico-Racial, Gênero, Geracional, Territorial, Necessidades Especiais, Socioeconômica e Orientação Sexual - Relatório Analítico Final*. São Paulo: 2009.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade – A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GORDON, Andrew; STACK, Trevor. Citizenship Beyond the State: Thinking with Early Modern Citizenship in the Contemporary World. *Citizenship Studies*, v. 11, n. 2, p. 117 - 133, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HALDRUP, Michael; KOEFOED, Lasse; SIMONSEN, Kirsten. Practical Orientalism - Bodies, Everyday Life and the Construction of Otherness. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, v. 88, n. 2, p. 173 - 184, 2006.
- HERNÁNDEZ, Carlos Álvarez. The Homomonument. A Public Space of Transgression. *Inter.c.a.mbio*, v. 7, n. 8, p. 69 – 87, 2010.

HOEFLE, Scott William. Cultura na história do pensamento científico. *Revista de pós-graduação em Geografia*, Ano II, Volume 2, p. 6 – 29. 1998.

HUTTA, Jan Simon. *Queer Geographies of Geborgenheit: The LGBT Politics of Security and Formations of Agency in Brazil*. 2010. Thesis (Doctor of Philosophy in Human Geography) – Faculty of Social Science, The Open University, Milton Keynes.

KOFMAN, Eleonore. Future Directions in Political Geography. *Political Geography*, v. 22, p. 621 – 624, 2003.

MARSHALL, T. H. *Citizenship and Social Class and other Essays*. Cambridge: University Press, 1950.

MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MÉSZARÓS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editora. 2002.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, v. 11, n. 3, p. 647 – 654, 2006.

ORNAT, Marcio Jose; SILVA, Joseli Maria. Território descontínuo paradoxal, movimento LGBT, prostituição e cafetinagem no Sul do Brasil. *GEOSP – Espaço e Tempo*, v. 18, n. 1, p. 113 – 128, 2014.

ORNAT, Marcio Jose; SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos; HANKE, William. Espaço Escolar, Homofobia, Controle e Transgressão. In: SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO, Lia Machado Fiuza;

VASCONCELOS JUNIOR, Raimundo Elmo de Paula. *Golpe de 1964. História, Geopolítica e Educação*. Fortaleza: EdUECE, 2014, p. 13 – 52.

PRZEWOROSKY, Adam. *Estado e Economia no Capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1995.

RODRIGUES, Cibele Maria Lima. Movimentos Sociais (no Brasil) – Conceitos e Práticas. *SINAIS – Revista Eletrônica – Ciências Sociais*, v. 1, n. 9, p. 144 – 166, 2011.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1978.

SILVA, Joseli Maria. As alianças das perspectivas feministas e cultural para superar ausências e silêncios na geografia brasileira. In: MENDONÇA, Francisco; SAHR, Cicilian Luiza Lówen; SILVA, Márcia da. (Org.). *Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Antonina: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina, 2009, 221 – 242.

SILVA, Joseli Maria. Espaço Interdito e Experiência Urbana Travesti. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. *Geografias Malditas. Corpos, Sexualidades e Espaços*. Ponta Grossa: TodaPalavra Editora, 2013, p. 143 – 182.

SIMONETTI, Cecília; REIS, Toni; HARRAD, David. *Guia de Advocacy e Prevenção em HIV / AIDS*. Curitiba: APPAD / Ajir Artes Gráficas e Editora LTDA, 2009.

SOUZA, Sandra Duarte de. Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do

sexo. *Estudos de Religião*, v. 27, n. 1, p. 177 – 201, 2013.

TREVISAN, Janine. A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no estado laico brasileiro. *Numen: revista de estudos e pesquisa da religião*, v. 16, n. 1, p. 581-609, 2013.

VALENTINE, Gill. (Hetero)sexing space: lesbian perceptions and experiences of everyday space. *Environment and Planning D: society and space*, v. 11, n. 4, p. 395 – 413, 1993.

VALENTINE, Gill. Queer Bodies and the Production of Space. In: RICHARDSON, Diane; SEIDMAN, Steven (Eds.). *Handbook of Lesbian and Gay Studies*. London: Sage Publications, 2002, p. 145 – 160.

STAEHELI, Lynn A., KOFMAN, Eleonore, PEAKE, Linda. *Mapping women, making politics: feminist perspectives on political geography*. New York: Routledge, 2004.

VEIGA-NETO, Alfredo. É preciso ir aos porões. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 50, p. 267 – 282, 2012.

ZEBRACKI, Martin. Intervention – ‘Explosive Multiscalar Negotiations of Sexual Citizenship: The 2014 Russian Winter Olympics Countdown’. *AntipodeFoundation.org*, 2014. Disponível em: <<http://antipodefoundation.org>>. Acesso em 3 de abril de 2014.

ZEBRACKI, Martin. Right to Space: Moving Towards Sexual Citizenship Beyond the Nation State. *Antipode*, v. 45, n. 4, p 785 - 788, 2013.

ZIMMERMAN, Marc. Psychological Empowerment: Issues and Illustrations. *American Journal of Community Psychology*, v. 23, n. 5, p. 581 – 599, 1995.

SPACE, NGOs LGBT AND CITIZENSHIP IN SOUTHERN BRAZIL

ABSTRACT: WE PROBLEMATIZE THE RELATIONSHIP BETWEEN SPACE AND CITIZENSHIP IN THE ACTION OF LGBT NGOS IN SOUTHERN BRAZIL. OUR EMPIRICAL MATERIAL REFERS TO THE RESULT OF TEN SEMI-STRUCTURED INTERVIEWS WITH NGOS THAT HAVE FOCUSED THEIR WORK BUILDING A BRAZILIAN LGBT CITIZENSHIP FOR GROUPS AS PROPOSED BY BUTLER (2008), LIVE INVISIBLE AND UNINHABITABLE POSITIONS OF SOCIAL LIFE. WHAT RESPONSES OF FIELD EVIDENCE RELATES TO THE FACT THAT THESE ACTIONS ARE ORIENTED TO THE MULTIPLICITY OF COEXISTING SPATIAL SCALES OF

OPERATION, BOTH IN RELATION TO SOCIAL GROUPS, AND IN THEIR RELATIONSHIP WITH THE STATE. THUS, CITIZENSHIP IN ACTUAL PRACTICE CAN GO BEYOND WHAT IS PROVIDED BY THE STATE AS A SOCIAL, CIVIL AND POLITICAL RIGHTS, MAKING ABJECT BODIES BECOME SUBJECTS.

KEYWORDS: SPACE; NON-GOVERNMENTAL ORGANIZATIONS LGBT; CITIZENSHIP.

ESPACIO, ONGs LGBT Y CIUDADANIA EN SUR DEL BRASIL

RESUMEN: PRETENDEMOS PROBLEMATIZAR LA RELACIÓN ENTRE EL ESPACIO Y LA CIUDADANÍA, DE ACUERDO CON LA ACCIÓN DE LAS ONG LGBT DEL SUR DE BRASIL. NUESTRO MATERIAL EMPÍRICO SE REFIERE AL RESULTADO DE LLEVAR DIEZ ENTREVISTAS SEMI-ESTRUCTURADAS CON ONG QUE TIENEN SU TRABAJO DIRIGIDO A LA CONSTRUCCIÓN DE UNA CIUDADANÍA LGBT BRASILEÑO, POR GRUPOS COMO CUESTIONADA POR BUTLER (2008), VIVEN POSICIONES INVISIBLES E INHABITABLES DE LA VIDA SOCIAL. RESPUESTAS DE CAMPO MUESTRAN QUE ESTAS ACCIONES ESTÁN ORIENTADAS A LA COEXISTENCIA DE MÚLTIPLES ESCALAS ESPACIALES DE LA FUNCIÓN DE LAS ONG, TANTO EN RELACIÓN CON LOS GRUPOS SOCIALES, Y EN SU RELACIÓN CON EL ESTADO. ASÍ, LA CIUDADANÍA EN LA PRÁCTICA PUEDE IR MÁS ALLÁ DE LO ESTABLECIDO POR EL ESTADO COMO DERECHO SOCIALES, CIVILES Y POLÍTICOS, TRANSFORMANDO LO ABYECTO EN SUJETOS.

PALABRAS-CLAVE: ESPACIO; ONG LGBT; CIUDADANÍA.